

FÓRUM DE COORDENADORES DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SAÚDE COLETIVA

Faculdade de Saúde Pública da USP, 23 e 24 de maio de 2018

Relato dos Grupos de Trabalho (GT)

1. GT Mestrados Profissionais

Ricardo de Mattos Russo Rafael (UERJ, UNESA)

Silvana Granado (Fiocruz)

Motivado pela criação da modalidade de doutorado para os Programas Profissionais, em 2017, foi constituído um Grupo Temático (GT) dedicado à elaboração de um documento norteador para subsidiar a construção das propostas e, caso acatado pela coordenação da área na CAPES, balizar o processo avaliativo. Previamente ao Fórum de São Paulo, o GT realizou dois encontros coordenados pela Dra. Silvana Granado, sendo um na Fiocruz (RJ) e outro no Fórum de Salvador, onde foi aprovada a primeira versão do documento (Anexo).

Para o Fórum de São Paulo, agora com a incorporação do Dr. Ricardo Mattos ao lado de Silvana, havia a expectativa de continuidade do debate sobre a temática “Apresentação de Propostas Novas de Curso” (APCN) à CAPES. Entretanto, o grupo, durante o desenvolvimento do encontro (22/5/2018) compreendeu ser necessário iniciar uma nova agenda de trabalho: o debate e a construção de propostas sobre a avaliação destes Programas.

Embora o conjunto de propostas não tenha avançado até sua conclusão, foi possível identificar os principais elementos que serão alvo de debate virtual e durante um encontro físico na ocasião do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (ABRASCÃO), sendo o último ponto ainda em avaliação de viabilidade.

Em linhas gerais os Mestrados Profissionais são bastante diversos, já que a própria finalidade desta modalidade de pós-graduação impõe o enfrentamento e a solução de problemas concretos emanados da realidade local. Dentre as principais características relatadas pelos presentes, estão:

1. Experiências sobre o formato de ingresso nos programas:

- De modo bastante particular chama-se atenção para a experiência de um mestrado que vinculou parte expressiva das vagas ofertadas para alunos de um curso de residência multiprofissional na mesma área da proposta. Deste modo, o segundo ano da residência é compartilhado com as disciplinas do Programa. Segundo avaliação do próprio coordenador, esta iniciativa, embora diferenciada das demais, gerou potência na formação dos mestres. Contudo, devido a mudança na política de formação do município e a redução das vagas para a modalidade de residência, a iniciativa tem sido comprometida.

- Um conjunto ainda expressivo de programas restringem a oferta das vagas para profissionais que estão inseridos no mesmo campo profissional, compreendendo que este é um modo de garantir a afinidade temática e o atendimento aos princípios que fundamentam as propostas desta modalidade;
- Alguns cursos têm como base a oferta de turmas por demanda institucional, de secretarias de saúde e por outros órgãos governamentais, ofertando-se turmas com temáticas específicas, como vigilância em saúde, Zika, etc. Neste sentido, o ingresso dos alunos se restringe aos profissionais atuantes nestas áreas;
- Por fim, existem cursos ofertando vagas sob livre concorrência, sem que haja obrigatoriedade de inserção profissional no instante do processo de seleção, mas estabelecendo critérios que pontuam de modo diferenciado os candidatos que são profissionais da área.

2. Produção acadêmica (bibliográfica) e técnica:

- Parte significativa dos programas profissionais estão vinculados à programas de mestrado e doutorado acadêmico, o que facilita a realização de produtos bibliográficos com possibilidade de publicação dos resultados e pontuação do corpo docente. Alguns, inclusive, associam a produção bibliográfica dos mestrados acadêmicos aos alunos do programa profissional, e o inverso ocorre em relação à produção técnica. Entretanto, nem todas as instituições possuem as duas modalidades na mesma área.
- Por outro lado, também fica clara a dificuldade de publicação do que foi produzido no interior dos mestrados profissionais, já que as pesquisas/intervenções, em geral, ocorrem em âmbito particular, local e com pouca capacidade de socialização em periódicos especializados. Ou seja, aparentemente, existe pouco espaço editorial para a divulgação do que tem sido produzido no interior dos programas profissionais.
- Quanto a produção técnica, pela própria tradição da modalidade acadêmica, existe importante subnumeração destes produtos pelos docentes. Há necessidade de sensibilização dos professores e alunos, além de um resgate dos tipos de produtos a serem considerados.
- Também foi apontada a possibilidade de diferenciar a pontuação pelos tipos de produtos técnicos. Ou seja, a elaboração de uma tecnologia não poderia ser avaliada do mesmo modo que o material didático.
- A aproximação com as organizações governamentais e não-governamentais também pode ser uma boa estratégia para reconhecer as necessidades locais e, com isso, intervir sobre ela. Esta estratégia também serviria como forma de ampliar este tipo de produto (técnico).

3. Tempo de conclusão e quantidade de concluintes no período:

- O tempo de conclusão superior a 24 meses parece uma situação comum entre os programas, sobretudo após o início da crise do país, a redução dos financiamentos e a inexistência de bolsas para os alunos. Como é uma característica dos ingressantes trabalhar e estudar simultaneamente, o atendimento ao tempo de 24 meses para a conclusão implica, em muitas situações, na perda de qualidade de formação e do produto.

- Dificuldade ainda maior é enfrentada pelos programas que tem suas atividades vinculadas às demandas institucionais, já que a abertura de turmas não obedece a regularidade anual. Com isso, o número de concluintes no período acaba destoando daquilo que se espera capturar nos indicadores de avaliação. Neste sentido, foi lançada a questão: não seria mais adequado avaliar a proporção de concluintes por turma fechada no quadriênio ao invés de simplesmente considerar os concluintes no período? Aparentemente, esta mudança no indicador retrataria a diversidade dos programas e possibilitaria a continuidade deste formato de oferta do curso, que tem se mostrado potente na formação de mestres profissionais.

4. Financiamento:

- Embora tenha sido um tema quase unânime entre os participantes, uma vez que não há fomento específico para financiar as turmas desta modalidade, dois pontos chamaram a atenção:

O primeiro. Existe a necessidade de ousar na criatividade para a ampliação das possibilidades de financiamento dos programas. O estabelecimento de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais pode ser uma possibilidade interessante. Ao menos duas experiências se mostraram exitosas. O CPqAM tem financiamento para algumas turmas por meio de parcerias com secretarias de saúde e com o próprio Ministério da Saúde. Já a UNESA possui parcerias com instituições não-governamentais e empresas que tem viabilizado algumas iniciativas de pesquisa e de intervenção.

O segundo. Diz respeito a necessidade de refletir se as propostas dos programas realmente estão alinhadas às necessidades concretas do local em que estão inseridos. Ou seja, será que o que a academia está propondo realmente é matéria de interesse aos municípios e estados?

5. Uma tentativa de sistematizar a futura agenda de trabalho:

Frente a diversidade de formas e configurações destes programas, o grupo compreendeu que é necessário e urgente debater um conjunto de elementos que possibilitem retratar e melhor avaliar os mestrados profissionais. Dentre as questões a serem discutidas nos próximos encontros (virtuais e/ou físicos), estão:

- Financiamento: até que ponto não ter o financiamento específico traz problemas na viabilidade dos programas? O que existe de necessário e urgente nos serviços e o que achamos pertinente? Parece ser necessário compreender melhor as demandas existentes nos serviços, na gestão e nas demais áreas de interesse à pós-graduação profissional.
- Formas de ingresso e acompanhamento dos programas: há cursos sob demanda e outros que se organizam com oferta regular. Refletir sobre o processo de avaliação a partir dessa perspectiva – regular ou oferta por demanda. Quais são as implicações destes formatos para as finalidades desta modalidade de pós?
- Tempo de conclusão e proporção de concluintes por período e turma.
- Necessidade de acompanhamento dos egressos: há produção, mas também há dificuldade de registro.

- Necessidade de avaliação da produção técnica: forma de pontuar e valorizar cada tipo de produto, considerando a diversidade, o tipo e a quantidade. Parece necessário resgatar o que já foi debatido no fórum em momentos anteriores.
- Valorização da produção acadêmica, especialmente quando há parceria com um programa acadêmico: o que de fato estamos avaliando é a produção construída no interior dos mestrados profissionais?

2. GT Avaliação

Tatiana Vargas (Fiocruz)

Sérgio Peixoto (Fiocruz Minas, UFMG)

O GT Avaliação iniciou a reunião com um balanço sobre o contexto da CAPES. Principais pontos abordados:

- Sinalização pouco clara da política que será conduzida pela nova Direção de Avaliação; cenário de incerteza.
- Informe sobre a última reunião da SBPC: discutiu-se tanto o cenário possível de uma mudança radical do sistema de avaliação como de mudança em questões pontuais.
- A nova diretora de avaliação da CAPES sinalizou que propostas para o sistema de avaliação poderão ser encaminhadas até o final de junho 2018.
- Há certa unanimidade na CAPES que o sistema de avaliação adotado hoje é insustentável e não mais possibilita uma análise da qualidade.
- Algumas mudanças já se apresentam como possibilidades mais concretas para o modelo de avaliação, dentre elas: a mudança do qualis para um qualis único; auto-avaliação (com a identificação da produção mais relevante para o Programa); critério diferenciado para inclusão do jovem doutor; análise da inserção do egresso.
- O cenário político interno à Capes é mais crítico. Há sinalizações de retrocessos importantes nos processos estabelecidos nos últimos anos, como a não aceitação da indicação dos nomes sugeridos pelas áreas para assumir a coordenação e o esvaziamento do CTC atribuindo maior poder ao Conselho Superior, que é vinculado diretamente à Presidência.
- O grupo considerou a importância de ousar e apresentar propostas para o campo, mas que todo movimento deve ser cauteloso, pois não é o melhor momento para revisões drásticas no sistema.

Para discussão de propostas a serem encaminhadas à CAPES, retomaram-se os pontos acordados no Fórum de Salvador de 2017 e alguns desses aspectos foram elencados para uma discussão mais aprofundada, de modo a ter consensos em algumas indicações:

1 – Estabelecimento de critérios a priori – ponto de corte mínimo para a produção intelectual – e incorporar parâmetros para avaliação qualitativa dos produtos.

Percebe-se que é uma questão difícil de ser alcançada na Capes, mas a discussão apontou para a definição de patamares mínimos de produção (uma referência para o mínimo esperado), de modo a diminuir a corrida produtivista e garantir a definição de outros critérios que diferenciem e discriminem a atuação dos Programas - critérios mais qualitativos.

Os critérios mínimos a serem estabelecidos não devem se basear no contínuo crescimento da produção, como observado nas últimas avaliações. Esses critérios também deveriam considerar o perfil do programa (com ou sem doutorado; de excelência; etc.).

Os indicadores qualitativos deverão ser propostos, mas houve sugestões de se incluir alguns aspectos:

- Coerência da produção intelectual com as linhas de pesquisa, áreas de concentração e com a própria área da Saúde Coletiva (pensar em indicador).

- Qualidade da produção (elencar alguns produtos, amostra?), observando impacto regional, nacional ou internacional.

De qualquer forma, a adoção de uma avaliação mais qualitativa exigirá da área mostrar de forma mais precisa como produzir indicadores para essa análise; os indicadores não podem dar margem à subjetividade e precisam garantir a comparabilidade. Para a discussão da qualidade é preciso enfrentar o debate do que se deseja para a formação nesta área.

Em suma, deve-se buscar incorporar indicadores qualitativos no quesito “Produção intelectual”, talvez por um rearranjo das informações inseridas na “Proposta do programa” e “inserção social”.

Deve-se ressaltar que é necessária uma avaliação do impacto da possível adoção do Qualis único para a área e de se ajustar as propostas descritas aqui à essa nova realidade.

2 – Incorporação dos “novos doutores”, como docentes permanentes.

Adotar a inclusão de novos doutores sem considera-los no denominador para cálculo da produção intelectual (mediana) do Programa, mantendo sua produção no somatório. A inclusão de novos doutores deveria valer para um quadriênio e precisa ser valorizado como indicador de renovação, sem impacto para estabilidade do corpo docente do Programa. Nesse sentido, significa também trabalhar com uma flexibilização do número de colaboradores no Programa, pois estes não contariam num primeiro momento.

3 - Avaliação de egressos.

Apontou-se para necessidade de valorizar como a produção desse egresso reverbera no campo bem como onde se insere após a formação. Discutiu-se a importância dessa avaliação, devendo ser incorporada, possivelmente, na avaliação do “Corpo docente, teses e dissertações”, que, atualmente, privilegia indicadores quantitativos.

Verificar a possibilidade de incorporar o currículo Lattes dos egressos na avaliação (possível mudança no Sucupira?), além de outras estratégias “fora lattes”. No entanto, deve-se pensar em diferentes estratégias para buscar essas informações, mas que possam ser incorporadas pelos diferentes programas (como padronizar?).

4 – Internacionalização

Atualmente serve para discriminar cursos notas 6 e 7, mas deve-se considerar que tal item deve ser valorizado mesmo em programas com notas abaixo de 6, pois este é um diferencial a ser considerado independente da nota do Programa.

5 – Análise dos Programas por subáreas

Houve intensa discussão no último Fórum sobre a possibilidade de se estabelecer critérios diferenciados para as três áreas que compõem o campo da Saúde Coletiva. No entanto, destacou-se a necessidade do devido cuidado ao propor a análise pelas 3 áreas do campo, de

forma a assegurar o fortalecimento da área e a integração dos conhecimentos, mas não uma fragmentação.

6 – Inserção Social

Há necessidade de padronizar o que será avaliado, orientando os programas no preenchimento do Sucupira, possibilitando a criação de indicadores mais claros, que possam diferenciar os programas. Deve-se enfatizar a inserção local, regional, nacional e internacional, além de reforçar a importância da cooperação entre programas.

OBS: alguns dos itens considerados atualmente nesse quesito poderiam ser “levados” para outros quesitos, no sentido de qualifica-los.

7 – Auto avaliação

Foi reforçada a importância de se considerar a auto avaliação dos programas, de modo a conhecer a vocação, perspectivas e outros aspectos que possam ser importantes para a avaliação. No entanto, esse aspecto ainda foi pouco debatido pelo grupo.

8 – Especificidade das Regiões

Um ponto de consenso foi a necessidade de se considerar as especificidades das regiões, em especial as dificuldades de algumas regiões para alavancar a pós-graduação. (É possível imaginar um grupo maior de Programas com nota 5? Ou seja, redistribuir as faixas por nota? Distribuir melhor o recurso por dentro, ou seja, não concentrar recursos nas notas 6 e 7?).

Deve-se ter cuidado para não congelar numa proposta de adaptação e acomodação de Programas em determinadas notas como se estivessem respondendo a um determinado padrão para a região - a discussão de vocação não apareceu no GT, mas apareceu depois na fala da mesa.

De qualquer forma, fica evidente a necessidade de se aprofundar o combate às assimetrias regionais, cuidando para que a avaliação não seja um instrumento que possa acirrar essas iniquidades.

9 – Sucupira

Importante orientar corretamente os Programas para o preenchimento do Sucupira. Algumas funcionalidades deveriam ser garantidas no sistema possibilitando a captação de informações para análise de outros quesitos que não apenas a produção acadêmica. O que deveria ser incluído como funcionalidade: importação da produção discente (importante para análise da produção discente e para acompanhamento dos egressos); itens para avaliação de livros e produção técnica; outras que possam ajudar na identificação de internacionalização, cooperação, interdisciplinaridade (a depender das propostas).

10 – Caracterização dos programas quanto à nota atribuída

Definir critérios mínimos que indiquem o que cada nota deveria representar, como por exemplo:

Cursos 3 – cursos que iniciam sua trajetória e que ainda precisam alcançar indicadores – seria basicamente o que se exige para ter um curso aberto.

Cursos nota 4 e 5 – pensar ...

Cursos nota 6 e 7 teriam que alcançar indicadores consistentes em todos os quesitos, mantendo também uma atuação constante nos mesmos. Ou seja, no decorrer dos anos devem manter uma estabilidade dos indicadores. A diferença entre 6 e 7 precisa ser pensada.

Diante dessas discussões, propõe-se a continuidade das discussões entre os programas e a Capes, de modo a aperfeiçoar o sistema de avaliação vigente. Alguns aspectos:

- Diferenciar o modelo de avaliação dos Programas acadêmicos e Profissionais, identificando de forma clara o que é o projeto de formação para cada um desses campos.

- Manter os itens da ficha de avaliação, mas identificar uma outra estrutura de indicadores por item. Na Proposta do Programa sugere-se uma revisão dos tópicos buscando uma definição de um número menor de itens evitando duplicidade de informações; retirar indicadores que já não estão sendo valorizados pelo sistema de avaliação e que prejudicam a qualidade dos trabalhos finais, como o tempo médio de titulação; adicionar indicadores que possam auxiliar numa análise mais qualitativa, como descrito anteriormente.

- Discussão sobre eixos importantes para análise da formação em saúde coletiva a partir do que seria a missão do próprio campo (talvez pensar em indicadores no âmbito de cada item da ficha de avaliação que valorizem/localizem cada um desses aspectos) – a inserção social e a internacionalização seriam aspectos por dentro desses quesitos.

- a) Interdisciplinaridade – articulação de diferentes saberes e áreas do conhecimento na análise dos processos saúde-doença-cuidado e enfrentamento das iniquidades sociais e de saúde;

- b) Cooperação/Extensão – atuação com diferentes grupos de forma horizontal na produção de conhecimento e prática em saúde visando o bem-estar e saúde da população (cooperação entre formadores nacionais e internacionais, cooperação com governos, cooperação com a sociedade civil organizada, cooperação com os territórios e populações);

- c) Solidariedade – distribuição de recursos (financeiros, projetos, esforços) no desenvolvimento da formação e na inclusão de docentes;

- d) Impacto Social – atuação do programa em projetos e atividades em diferentes âmbitos local, regional, nacional, internacional – impactos e resultados.

- e) Coerência – o que o Programa apresenta de proposta condiz com o que produz – tanto a produção intelectual, discente, estrutura das disciplinas e outros.